

MILAGRES E CRITÉRIOS PROBABILÍSTICOS EM DAVID HUME

Mario Tito Ferreira Moreno

Universidade Federal do Rio de Janeiro

mario_uerj@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como principal objetivo apontar de que forma, no contexto da filosofia de Hume, o assentimento a crenças acerca das questões de fato que reportam supostos eventos milagrosos poderia ser compreendido por uma análise probabilística. Através de um exame desta natureza podemos demonstrar, seguindo os critérios da epistemologia do autor, que a crença nestas questões de fato – i.e. eventos milagrosos – tem força e vividez fraca. É possível compreender essa postulação a partir de três critérios: (a) a qualidade do testemunho, (b) a autoridade de quem nos oferece tal relato e (c) a natureza do evento atestado.

Palavras-chave: Hume; crenças; milagres; probabilidade; epistemologia.

Abstract: The main aim of this essay is to show how, in the context of Hume's philosophy, the assent to beliefs about the facts that report supposedly miraculous events might be understood by a probabilistic analysis. Through an examination of this nature we can demonstrate, following the criteria of the author's epistemology, that belief in these matters of fact - i.e. miraculous events - has weak strength and vividness. It is possible to understand this postulation from three criteria: (a) the quality of the testimony, (b) the authority of the one who offers us such report and (c) the nature of the attested event.

Keywords: Hume; beliefs; miracles; probability; epistemology.

Introdução

As crenças ocupam papel de destaque na consolidação da epistemologia de Hume, entretanto é interessante investigar de que forma essas crenças se consolidam entre povos e no imaginário dos indivíduos, sejam filósofos ou vulgos. É importante ressaltar que a filosofia de Hume se apoia no costume e na conjunção constante para gerar crenças em eventos não observados, e isso pode ser notado, por exemplo, nos relatos históricos. Não seria exagero admitir que a história é um elemento constituinte para o projeto humeano de criar uma ciência do homem aos moldes da física newtoniana. A partir dos relatos históricos, o homem poderia demarcar o que se entende por cultura e conservar uma herança intelectual. Uma maneira, e talvez a única, de se dispor e usufruir das vivências dos nossos antepassados seria por via de tais relatos históricos. A história permite que tenhamos acesso a fatos de um passado remoto e através desse conhecimento possamos, entre outras coisas (i) evitar repetir equívocos, (ii) compreender melhor nossa atual situação e (iii) ampliar o nosso conhecimento sobre o mundo. Ao considerar a brevidade da vida humana, se nosso acesso a eventos passados fosse apenas através da memória, seríamos eternas crianças do saber. É a história que permite ao homem conhecer eventos de um passado distante e depositar assentimento a relatos de grandes homens e de suas contribuições.

A história se apresenta com uma função essencial no projeto humeano de consolidar a ciência do homem. Na medida em que faz um elo entre eventos não observados e o que observamos, ela fomenta nossa imaginação a partir de escritos e narrativas fazendo com que possamos construir cenas e imagens, assim como longas cadeias de raciocínios causais que ligam acontecimentos do passado aos do presente. Apenas transmitir um evento histórico por narrativas não é suficiente para que ele ganhe força para se consolidar como algo conhecido e certo. É a partir daí que o papel da crença entra em cena e a nossa discussão central se apresenta. O que nos leva a depositar assentimento, a crer em determinadas narrativas históricas? Qual a importância do testemunho? São questões relevantes na filosofia do autor que servirão de orientação para as etapas subsequentes.

A história possui um importante papel na filosofia de Hume demarcando pontos para que a humanidade possa seguir adiante. Por possuir essa capacidade de transportar os homens a eventos distantes – e fazer com que os indivíduos não sejam eternas crianças relativamente ao saber, ou seja, não dependam apenas da sua memória

individual para ter acesso a questões de fato passadas – a história possui credibilidade e, normalmente, depositamos nela grande assentimento quando se apresenta de forma coesa e sedimentada. Em contrapartida, não damos alto grau de credibilidade a relatos de milagres, visto que crer em tais relatos ficaria muito mais atrelado a superstições e a certa inocência, na medida em que crer em algo não corriqueiro não se apresenta de forma tão fácil como o contrário.

O presente trabalho pretende indicar possíveis motivações, por um lado, que levariam os homens a assentir de forma mais fácil a relatos sobre eventos históricos não milagrosos e, por outro lado, que gerassem tanta dificuldade em atribuir veracidade ou assentimento a crenças que reportam eventos milagrosos. As motivações para a crença mais forte na história – relatos de questões de fatos não milagrosas – passariam por um crivo probabilístico que contaria com as nossas experiências anteriores. Em última instância, pode-se dizer que este trabalho visa analisar a relação entre os juízos milagrosos através dessas duas questões: (a) o indivíduo que narra o evento possui confiabilidade para que eu possa acreditar no que ele atestou? (b) Qual a probabilidade, tendo em vista minhas outras experiências e crenças, desse evento ter ocorrido de fato?

1. Sobre os milagres

Na seção X da *Investigação Sobre o Entendimento Humano* Hume aborda a temática dos milagres, e tal seção nos oferece duas investigações: a *primeira* trata da possibilidade de verificação da ocorrência de um milagre, e a *segunda* aborda a questão do testemunho. Ou seja, Hume está preocupado com a possibilidade de validação e justificação da existência de milagres. Temos a experiência como grande guia das questões de fato, entretanto se sabe que elas não são infalíveis e podem, porventura, nos conduzir a alguns equívocos: alguns eventos se mostram constantes e uniformes, outros se mostram constantes, porém, em certa medida, acabam por frustrar nossas expectativas quando fogem um pouco do esperado; existem ainda aqueles efeitos que se mostram completamente imprevisíveis. O que isso significa? Significa dizer que as questões de fato nos entregam a todos os graus possíveis de segurança e insegurança. De acordo com a filosofia de Hume, devemos regular nossas crenças a partir de evidências, e apenas a experiência é capaz de nos garantir algum tipo de previsibilidade com relação às questões de fato. Devemos caminhar com prudência e nos apropriar de eventos passados para que seja possível encontrar pontos confiáveis para nossas

expectativas e crenças. Os fenômenos apresentam diversos graus de uniformidade que reforçam nosso hábito e expectativas, e tal regularidade é o que motiva uma previsão, em raciocínios probabilísticos, da repetição do futuro com base no passado, que se apresentou de forma regular e uniforme à experiência. Com relação à probabilidade que determina nossa expectativa de ocorrência em alguns eventos, os milagres se apresentam como possuidores de uma menor¹ chance de ocorrerem.

O provérbio romano que diz que *“Eu não acreditaria em tal história nem que me contasse o próprio Catão”* nos dá uma prévia sobre a relação da crença com algo que foge da normalidade de nossas expectativas. Mesmo o relato de alguém com muita autoridade e influência, e também possuidor de um caráter exemplar e famoso por sua virtude, provocaria incredulidade se o relato fosse sobre algo que forçasse o nosso entendimento a assentir ao que não nos é habitual. Mesmo a confiabilidade em argumentos de autoridade tende a ter assentimento negado quando se trata de eventos que não se assemelham com os que a experiência nos mostra com constância. É essencial à questão a noção de probabilidade: nosso entendimento naturalmente pesa e dá assentimento a algo que considera como tendo maiores chances de ocorrer; cremos na superioridade de um efeito em relação a outros possíveis desde que haja uma produção de evidências proporcionalmente superior que o justifique; nosso espírito não é levado a crer em uma subversão das leis que regeram o mundo até então.

As religiões normalmente recorrem como explicação a um Deus para buscar alguma credibilidade para os fatos miraculosos que violam as leis que regem a natureza. Por terem de recorrer ao desconhecido a justificação do milagre tende a ser fraca, pois carece de uma benevolência do interlocutor. É difícil assentir à violação de uma lei natural, pois nosso espírito se acostuma com a regularidade dos eventos do mundo. Os milagres são questões de fato que se opõem às leis uniformes da natureza e, portanto, não seria contraditório, em princípio, pensar em um milagre como algo existente. No entanto, a pergunta seria: como sopesar as crenças acerca de eventos milagrosos e encontrar justificativas para se dar assentimento ou não a eles? Por duas formas: (i) Pela força e vividez dadas pela constância e observação, uma vez que podemos considerar a veracidade dos relatos dos testemunhos, e com isso reavivaríamos nossas crenças causais, ou (ii) apenas pesariamos o grau de evidência no sentido mais probabilístico

¹ Na medida em que toda questão de fato é possível, desde que não implique contradição, e sendo milagres questões de fato, seria incorreto dizer que milagres são impossíveis. Milagres são considerados apenas como tendo menor probabilidade de ter ocorrido.

possível, fazendo-nos a seguinte pergunta: é factível, de acordo com o que já experimentei, que tal evento ocorra?

O exemplo do príncipe indiano² que se recusou a dar assentimento ao relato do congelamento das águas em climas frios é interessante, na medida em que Hume defende que o príncipe raciocinou de maneira prudente, porque a experiência jamais havia mostrado fato similar a ele. Sendo assim, a única razão que esse príncipe teria para assentir que a água congela em climas frios seria o relato de uma testemunha e, por mais perfeito que tal relato fosse, se o príncipe usasse a probabilidade a seu favor, pesando sua crença de acordo com as evidências que experimentara até então, o fato seria concebido apenas como algo extraordinário. A menos que o autor do testemunho fosse portador de uma índole tão reverenciada que a falsidade de seu testemunho fosse mais milagrosa – mais improvável – do que o próprio milagre narrado, segundo Hume, o testemunho por si só não é suficiente para gerar crença na veracidade de um milagre.³

1.1. Quatro problemas acerca da credibilidade dos testemunhos miraculosos

Ainda na seção X Hume apresenta quatro problemas sobre a credibilidade dos testemunhos miraculosos ao indicar que até então ele teria sido benevolente com a temática. Em última instância não existem boas justificativas para a existência de nem ao menos um milagre. A *primeira* razão para tal afirmação é: em toda a história, nenhum milagre foi presenciado por um número suficiente de homens de cultura refinada, educação e credibilidade tão vastas e que ao mesmo tempo tivessem uma reputação tamanha que eles temessem o descrédito se fossem pegos em uma mentira. Além disso, o fato narrado por testemunhos miraculosos jamais ocorreu em um local tão conhecido e de tão fácil acesso que caso fosse mentira seria facilmente desmascarado. Se algum fato unisse todas essas ocorrências – ocorrer em local de fácil acesso e ser presenciado por pessoas cultas e eruditas–, seria possível ter algum tipo de justificação para um possível assentimento a milagres.

A *segunda* razão apresentada por Hume refere-se a uma espécie de propensão dos homens a acreditar em eventos miraculosos. Teríamos de certa forma um prazer em dar crédito aos relatos quiméricos de viajantes, por exemplo, e suas descrições de criaturas mágicas, homens e costumes exóticos. Todavia, quando se trata de unir (i) essa propensão do homem a (ii) um espírito religioso, não há mais bom senso que valha.⁴

² EHU, X, I, p.176.

³ Ibid, X, I, p.177.

⁴ Ibid, I, II, p.178.

Aparentemente os entusiastas de uma religião tendem a aceitar com facilidade – ou ingenuidade – enorme as narrativas que fogem a um rigoroso crivo epistêmico. A finalidade subjacente a estes relatos é sempre a mesma: promover uma causa divina. Provavelmente os partidários de alguma dessas crenças abrem mão de suas capacidades de julgamento ou até mesmo são tomados por uma paixão – ou imaginação – que foge totalmente a seu controle. Segundo Hume, “a credulidade dos devotos aumenta a imprudência dos narradores, e a imprudência destes subjuga-lhes a credulidade” (Hume, 1973, p. 178). Um homem que não esteja anestesiado pelas paixões da religião e esteja com suas faculdades operando de maneira sensata jamais se deixaria levar por tais intempéries passionais.

Temos como *terceira* razão para indicar que não temos boas justificativas para crermos nos relatos milagrosos ou sobrenaturais o fato de que os supostos eventos milagrosos sempre se dão em nações mais ignorantes. Como Hume nos diz: não temos nenhum relato milagroso oriundo de um povo civilizado.⁵ As figuras mágicas vão perdendo a relevância e até mesmo o crédito quando os períodos menos ignorantes das sociedades se sucedem. Os primeiros homens que relataram e acreditaram nas narrativas mágicas possuíam um grau de esclarecimento e instrução menor que os dos homens de hoje. Tendemos a compreender a inclinação de determinados povos a ceder às fantasias e ao sobrenatural, muito embora o nosso bom senso seja contrário a esses relatos fantasiosos. É muito mais fácil semear uma mentira ou algo não justificado pela atual ciência para povos bárbaros ou mais ignorantes, por isso tais relatos sempre ocorreram a partir de um grupo de pessoas mais simplórias.

E ao descrever a *quarta* razão, Hume nos diz que não existe nenhum depoimento a favor dos milagres, nem mesmo daqueles que não foram desmascarados. A argumentação do autor tem um tom um pouco incisivo e com um caráter até um tanto antirreligioso. Na verdade, quando o autor indica essa *quarta* razão ele nos aponta que a aceitação de milagres de uma religião e a rejeição dos milagres de outra religião funciona como um movimento equivocado, e mais que isso: ao atacar e tentar derrubar um sistema milagroso rival se atinge o próprio sistema. Se dermos crédito a um milagre operado na religião X, qual critério é utilizado para rejeitar o milagre operado na religião Y? Parece que a consistência nos obriga a rejeitar os relatos de milagres de qualquer religião, ou aceitar os relatos miraculosos independentemente de qual religião eles são oriundos. Para sermos consistentes, e considerando-se todos os testemunhos de

⁵ Idem

milagres como igualmente críveis, parece que somos forçados a aceitar ou, de outra parte, rejeitar qualquer milagre.

1.2. Sobre a razoabilidade do suposto evento milagroso

Hume constrói em seus escritos uma filosofia do hábito, da experiência, na qual a conjunção constante entre eventos *observados* é o guia central para que os indivíduos demarquem sua existência e seus avanços. A razoabilidade das nossas expectativas acerca do *inobservado* se dá por experiências passadas, e constrói em nosso entendimento um conjunto de crenças cuja plausibilidade é determinada probabilisticamente de acordo com o que já ocorrera outrora. O espírito humano tende a aceitar que o futuro se assemelhará ao passado e que causas similares produzirão efeitos similares, pois, até então, o comportamento experienciado que se seguiu foi esse. Seguindo os critérios que regeram o mundo até então, podemos conceber algo que nos pareça razoável, ou pelo menos *possível*, de acordo com nossas experiências já adquiridas, como por exemplo: uma caravela aportar em um continente e encontrar novas culturas, novos animais, outras etnias, homens com a estrutura biológica completamente distinta etc. Por outro lado, por mais que seja possível conceber um homem sendo capaz de mover uma montanha com os dedos, isso não garante que tal evento se apresente de maneira razoável para alguém. O crivo probabilístico da experiência atestaria de imediato a enorme *improbabilidade* desse evento. Isto se daria simplesmente pelo fato de o evento ser extraordinário perante a experiência passada e precisar de provas mais fortes e vívidas para soar de maneira convincente. Em última análise, rechaçamos dar o nosso assentimento ao que se apresenta como improvável, e isso quer dizer: um evento extraordinário precisaria de evidências muito mais fortes do que as evidências que são consideradas suficientes para um evento ordinário. Tal probabilidade trabalha de acordo com as experiências acumuladas ao longo do nosso processo de aprendizado. Seguindo o sistema de Hume é quase tão difícil acreditar em um homem capaz de ressuscitar, quanto seria difícil acreditar que um homem lançou sem trapacear um dado normal e honesto, em condições padrão, com seis lados distintos nove mil vezes e do mesmo dado obteve-se a mesma figura virada para o topo nove mil vezes. Em ambos os exemplos temos transgressões do que comumente nos foi apresentado até então, são apresentados eventos improváveis e ambos nos despertam instabilidade no entendimento com relação à crença no evento ter, de fato, ocorrido. No primeiro exemplo, existe uma suspensão de uma lei natural. No segundo exemplo,

parece ser um evento que, muito embora não suspenda uma lei natural, se apresenta como algo altamente improvável. Entretanto é necessário ressaltar que é mais difícil acreditar em uma subversão de leis naturais do que se observara até então do que em um evento improvável.

2. O Discurso como Elo entre o Evento e nosso Assentimento

Empiristas clássicos como Hume e Locke fazem uma espécie de psicologia ou genealogia da probabilidade ao se perguntarem o que nos leva a crer e dar assentimento a determinadas questões de fato. Esses autores possuem recomendações de como devem ser os relatos que mereçam nossa crença ou assentimento. Existem regras gerais que aparecem como generalizações confiáveis para previsões posteriores, com base no critério da experiência constante. Ou, no caso que nos interessa, que são conhecimentos de fatos do passado, são critérios ou regras acerca dos relatos e as condições particulares de serem proferidos que nos induzem a crer em determinadas afirmações.

A crença se dá a partir da conjunção constante de determinados eventos e a nossa habituação a eles. A probabilidade, no que lhe concerne, produz influência na crença dado que observamos eventos se repetirem em maior ou menor escala do que outros. Tais eventos prováveis adquirem graus de força tais que somos levados a dar-lhes assentimento, i.e, a formar uma crença com respeito a eles. E não ocorreria de maneira diferente em se tratando de um juízo histórico, ao qual podemos ou não acreditar ou dar assentimento.

Não se pode deixar de lado determinadas particularidades do indivíduo para o aceite ou não de determinados juízos, como tratado anteriormente sobre os milagres. Determinados grupos sociais acabam por dar assentimento a fatos que parecem irrealis. A ingenuidade de um povo e o excesso de credibilidade do narrador são fatos que poderiam influenciar tais crenças. O discurso tem como função ajudar a imaginação a compor a ideia, mas o julgamento do indivíduo aliado à sua capacidade imaginativa são o que define o assentimento ou não das asserções e relatos.

O que faz com que um indivíduo acredite ou não em um evento histórico narrado a partir das palavras do autor de um livro? A reputação do autor? O grau de coerência do texto narrado? A aceitação social que tal evento possui dentro de um determinado grupo social? Ao analisarmos a história, tendemos a ser desafiados por

nosso arsenal de experiências. E com a ajuda dos princípios associativos _ contiguidade, semelhança e causa/efeito _ somos conduzidos a unir ideias e montar as cenas, personagens e acontecimentos acerca dos fatos narrados historicamente, na medida em que nosso entendimento é auxiliado pelos princípios associativos e pela imaginação a criar eventos que se apresentam como plausíveis para nossas experiências. Tais imagens se formam em nossa mente a partir do discurso histórico nos conectando a quem nos contou ou escreveu a narrativa em questão e tal conexão se estende até o elo principal, qual seja, a ideia do evento ocorrido.

Dar assentimento a uma narrativa histórica depende quase que inteiramente da razoabilidade do que é exposto discursivamente, em contrapartida, o relato mágico não é capaz de nos garantir confiabilidade suficiente. Se alguém nos contasse que um único homem foi capaz de destruir um exército inteiro, as imagens se assentariam em nossa mente a partir das ideias de homem, exército, guerra etc., a veracidade do fato seria posta em dúvida, na medida em que nossas experiências anteriores nos apontam que é pouco provável que um único homem seja capaz de vencer um exército inteiro e é muito mais provável que a pessoa que nos esteja relatando tal evento (i) tenha cometido um equívoco, (ii) não esteja sendo honesta, (iii) tenha recebido tal informação de uma fonte não confiável ou (iv) não esteja em completo domínio de suas faculdades mentais. O que é que nos faria acreditar em um relato de tal natureza? Evidências fortes, talvez, diversas fontes independentes confirmando, testemunhas oculares, textos, imagens etc. Mas, quando não existe nenhum tipo de prova que faça com que se atribua algum crédito ao evento, e é muito mais razoável crer em sua falsidade, não encontramos bons motivos para depositar assentimento no relato sobre o ocorrido.

Os grandes eventos históricos que perpassam gerações e são tratados quase como irretocáveis possuem como principal característica um discurso uniforme a partir de todas as fontes, além, é claro, de uma consolidação social, uma razoabilidade no ocorrido, e justificativas confortáveis para o crivo probabilístico que regula nossa crença, na medida em que experiências distintas das habituais produzem uma crença imperfeita e, a partir do hábito, somos levados a concluir que, em geral, os casos que não tivemos experiência devem se assemelhar aos casos que tivemos. É plenamente concebível compreender as motivações que fizeram com que navegantes viessem em busca de novas rotas comerciais, e é fácil entender os desdobramentos de tais histórias. Quanto mais riqueza de detalhes a história tiver, maior a nossa capacidade de conseguir criar os constructos imaginativos para que a ideia fique mais forte e vivaz em nosso entendimento, e quanto mais forte e vívida a ideia fica, maior sua propensão de ser

tomada como verdadeira pelo indivíduo que a produz. Nesse momento, as narrativas assumem uma função de elos que nos levam diretamente a territórios longínquos e produzem ideias presentes com tamanha força que conquistam nosso assentimento, e se tornam juízos quase que invioláveis em nosso entendimento.

Faz-se possível, portanto, compreender que não é apenas a fantasia contida em passagens extraordinárias ou mágicas que determina nosso assentimento, mas sim uma espécie de propensão do indivíduo a assentir àquilo que lhe é mais confortável intelectivamente, ou que é mais fácil ser digerido pelo entendimento. Nesse aspecto a probabilidade funciona como uma espécie de balança que tende sempre ao que nos parece mais prudente e nos conduz a crenças naquilo que se torna mais forte e vívido de acordo com nossas experiências de outrora. Ou segundo o próprio autor “e, assim, o homem prudente regula sua crença pela evidência” (Hume, 1975, p. 173). Finalmente, podemos compreender de que forma a crença em questões de fato, na filosofia de Hume, passa pelo julgamento probabilístico de nossas experiências. Tal julgamento é o critério capaz de distinguir o que é razoável ou não para se crer pautando-se em como o mundo funcionou até então.

Referências

- FOGELIN, R. J. *A Defense of Hume on Miracles*. New Jersey: Princeton University Press, 2003.
- GARRETT, D. *Cognition and Commitment in Hume's Philosophy*. 1ª.ed. New York: Oxford University Press, 2002.
- HUME, D. *A Treatise of Human Nature*, ed. by L. A. Selby-Bigge/H. P. Nidditch, Oxford: Clarendon Press, 1978.
- HUME, D. *Investigação Sobre o Entendimento Humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- HUME, D. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.
- LOCKE, J. *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MONTEIRO, J. P. *Hume e a Epistemologia*. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- NORTON, D.; TAYLOR, J. (Ed.). *The Cambridge Companion to Hume*. 2ª. ed. New York: Cambridge University Press, 2009
- STROUD, B. *Hume: The Arguments of Philosophers*. 1ª.ed. Abingdon: Routledge & Kegan Paul, 1977.

